ATA Nº 686/2019

Aos vinte e cinco dias do mês de julho de dois mil e dezenove, na sala de sessões da Câmara Municipal de Pareci Novo, reuniu-se esta em sessão ordinária, presidida pela Vereadora Adriane Colling Kinzel e secretariada pelo Vereador Edson Henrique Müller presentes mais os Vereadores: Delcio Idesio Kich, Elton Rodrigues Leal, Inacio Francisco Mendel, José Joceli da Silva, Maria Lourdes Francisco, Paulinho Reisdorfer e Paulo Gilnei da Silva.

Abertos os trabalhos às dezenove horas foi procedida a leitura da ata anterior a qual foi aprovada sem restrições.

A seguir foi lido o expediente ao qual foi dado o seu devido destino.

ORADORES

Ao fazer uso da palavra, o Vereador Paulinho, fez uma breve explicação do trâmite dos projetos na Câmara destacando a análise criteriosa que era realizada. Dentre os projetos em tramitação exaltou a implantação do condomínio fechado na propriedade do falecido senhor Fernandes. Disse que a bancada do PDT estava preocupada porque com mais um recurso de duzentos mil reais para a saúde e uma indicação de recurso para o hospital Montenegro, o PSL de fato estava apontando que desejava o Prefeito Oregino na sigla para a Prefeitura de Montenegro e eles ficariam carentes de líder. Justificou a ida do Prefeito a Brasília por ser uma busca imediata de recursos para a Citrusflor e acrescentou que havia o apontamento de recursos para a cobertura do seminário. Reclamou da burocracia do país para a liberação de recursos. Sobre o empréstimo do programa “Avançar Cidades” para pavimentação de onze ruas e que havia declarado na sessão anterior teria o início das obras em um mês lamentou que agora levaria alguns meses.Explicou que a Caixa resolveu pedir um levantamento sobre a contribuição de melhoria referente a cada propriedade a ser beneficiada com a pavimentação. Ao encerrar, disse que as idas do Prefeito a Brasília eram necessárias em função da burocracia e se o país fosse menos burocrático não seriam necessários todos estes gastos com diárias.

O Vereador Edson explanou sobre a visita que fez ao gabinete do Vice-Governador onde foi se informar a respeito do PISEG - Programa de Incentivo à Segurança Pública, o qual se encontrava em fase de implementação. Explicou que

era um programa que através de uma parceria público-privada, as empresas e o comércio dos municípios poderiam destinar até seis por cento do ICMS que movimentavam no ano para a segurança pública. Os recursos iriam para um fundo estadual de segurança pública e os municípios através de um projeto, que poderia ser encaminhado via prefeitura, consepro ou outra entidade ligada à área da segurança teriam acesso aos recursos do fundo para armamento, para pagar salário de efetivo, para compra de veículos, para videomonitoramento. Informou que estava articulando junto a ACI Montenegro/PareciNovo a vinda do Secretário Ranolfo ao Vale do Caí, que talvez até fosse em Pareci Novo esta agenda a fim de explicar aos empresários e comerciantes do município e da região como vai funcionar este programa. Relatou, ainda, que aproveitou a oportunidade para solicitar um aumento do efetivo da Brigada Militar e da Polícia Civil que ainda estava defasado e pediu também mais armamento e mais munição e reforçou o pedido para mais veículos. Colocou a sua tristeza com a resposta que ele e o Vereador Neco tiveram do DAER que, em relação aos pedidos do Município, todos estavam em análise e que, sobre a pintura de sinalização no trevo de acesso a São Sebastião do Caí, não havia licitação a respeito e não havia o que fazer no momento. Declarou que não iria desistir e com apoio de parlamentares buscaria alternativas que burlassem a burocracia. Ao finalizar, pediu uma contribuição em favor da laçadora Carol Kerber, a qual estava participando do campeonato estadual feminino de laço.

ORDEM DO DIA

1.Projeto de Lei Complementar nº E.028/2019, oriundo do Poder Executivo, que altera o padrão de referência previsto no art. 26 da Lei Complementar nº 381/1997, com parecer favorável da CGP nº 022/2019.

Levado a votação foi aprovado por unanimidade.

EXPLICAÇÃO PESSOAL

A Vereadora Adriane, ao fazer uso da palavra, declarou que a razão do seu desabafo era pelo fato de que havia coisas que a deixavam estressada porque não poderia falar nada. Recordou quando falou que foram muitas diárias do Prefeito e que ele precisava ir a Brasília, mas não do jeito absurdo que estava sendo feito. Disse que questionou as diárias porque quando se pedia algo na Prefeitura não havia dinheiro para nada, mas para as diárias havia. Para o funcionalismo e outras coisas que eram importantes não tinha recursos. Reclamou que não se podia falar mais nada, pois, de repente, no dia seguinte viria um papel de sindicância ou seria chamada para um gabinete. Acrescentou que outros podiam fazer tudo. Ao encerrar, reclamou que eram atendidos os pedidos dos Vereadores da situação enquanto os seus não eram atendidos.

O Vereador Paulinho, ao se manifestar, disse que em nenhum momento citou o nome da Vereadora Adriane e que se tinha um conflito era preciso ter uma conversa direto com o Executivo. Observou que algumas acusações não tinham fundamento porque possuía pedidos de três anos que ainda não foram atendidos. Disse que não falou em relação a ela e que justificou a ida o Prefeito a Brasília como de praxe, acrescentando que os resultados eram positivos. Disse que não ofendeu ninguém e se, eventualmente, as suas palavras, que eram claras foram ofensas não era do seu coração. Disse que já questionou o Prefeito em seu gabinete pelo valor das diárias, pois como os Vereadores reduziram pela metade ele também poderia fazê-lo e que a população estava reclamando. Concordava que se recebeu uma miséria de aumento de salário e que as diárias eram elevadas. Disse que não dirigiu nenhuma ofensa à Vereadora Adriane que era sua colega, que a estimava e não queria que desistisse da política. Finalizou afirmando que fazia parte da política o embate, e nunca se deveria entrar para a questão pessoal.

Ao se pronunciar, o Vereador Edson colocou da importância da educação política, de se entender como as coisas funcionavam. Explicou que o orçamento do ano das emendas dos deputados se encerrava em outubro, e que o máximo era quinze milhões, mas o governo sempre fazia cortes neste valor. Que as indicações no papel saíam em outubro e em fevereiro o deputado sabia exatamente quanto ele tinha, e geralmente indicava quinze milhões porque tinha esta pré-requisição no orçamento da União. Disse que ao chegar no final do ano o deputado olharia os municípios em que fez mais votos, os mais parceiros e iria começar a cortar, e era por isto que muitas vezes se falava em recursos, mas eles não apareciam. Assinalou que era preciso ter

muito cuidado ao falar em dez milhões porque muito deste valor não veio. Alertou que as emendas parlamentares para a saúde eram limitadas em quatrocentos mil reais para municípios do porte de Pareci Novo e que no ano passado de quase um milhão em indicações parlamentares foi preciso abrir mão de seiscentos mil reais. Apesar de no facebook aparecerem as indicações, muitas delas não vieram. Por isso, da necessidade de haver educação política para entender que foi uma indicação e que era preciso acompanhar para ver se haveria o empenho e a tramitação de projeto na Câmara. Colocou que justificava a ida do Prefeito a Brasília, mas não tanto, que mil reais por dia era muita diária. Isto incomodava e entendia a revolta da Vereadora e que não estava dizendo que o Prefeito não teria que ir, mas deveria haver um bom senso. Observou que indicação era uma coisa e empenho outra, que depois do empenho vinha a obra e a burocracia, e lembrou do que o Vereador Paulinho se referia. Finalizando, disse que o Prefeito trouxe coisas boas e que não era para jogar no céu nem no inferno, mas estava longe do céu e era preciso ser transparente e jogar limpo.

Antes de encerrar a sessão, a senhora Presidente lembrou a todos da reunião da CGP na quinta-feira, dia 01 de agosto, às dezenove horas e da próxima sessão ordinária na quinta-feira, dia 08 de agosto, às dezenove horas.

A sessão foi levantada às vinte horas e vinte e cinco minutos, lavrando-se para constar a presente ata.

Sala de sessões, 25 de julho de 2019.

Verª Adriane Colling Kinzel
Presidente

Ver. Edson Henrique Müller
1º Secretário